

ATA Nº 10 DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVIJUNO

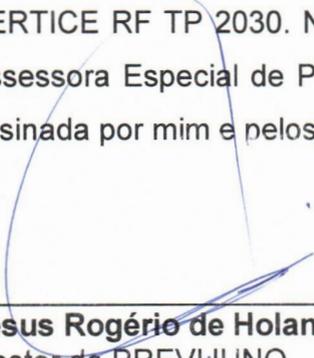
Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às oito horas e vinte e seis minutos, na Sede do Fundo de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE-PREVIJUNO, localizada à Rua do Cruzeiro, nº. cento e sessenta e três e cento e sessenta e sete – Centro, Juazeiro do Norte - CE, realizou-se reunião do Comitê de Investimento para analisar o Parecer de Investimentos nº 128/2022 da Atuarial Consultoria, de 08/08/2022, sobre o Fundo de Investimento Fechado BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I que possui vencimento em 15/08/2022. Estiveram presentes na reunião o Sr. Jesus Rogério de Holanda, Gestor; o Sr. José Ivan Silva Alves, Diretor Administrativo; o Sr. Marcos Aurélio Gonçalves Silva, Diretor Financeiro e a Sra. Geogeanne da Silva Soares, Assessora Especial de Perícia. O Sr. Jesus Rogério iniciou a reunião apresentando o PARECER DE INVESTIMENTOS – 128/2022, de 08/08/2022, elaborado pelo atuário Igor França Garcia, CEA, em anexo. Ele destacou que o Parecer aponta que o vencimento do FI BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I será em 15/08/2022 e que ficará disponível na conta o valor de R\$ 14.614.126,89 (quatorze milhões e seiscentos e quatorze mil e cento e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos) e que deverá ser reaplicado. O Parecer aponta 03 (três) possibilidades de reinvestimento com o valor que ficará disponível, sendo: 1. Aplicação em fundos de investimentos abertos que o RPPS não possui na carteira; 2. Reinvestimentos em fundos fechados de renda fixa; e 3. Realocação na própria carteira de investimentos. Após análise das possibilidades de reinvestimentos os membros do Comitê concordaram em reinvestir em fundos fechados de renda fixa, visto que a taxa SELIC está em 13,75% a.a o que torna os fundos de investimentos fechados que compram títulos públicos federais muito atrativos. Além disso, essa opção apenas transfere os recursos dos fundos de investimentos fechados que estão “vencendo” para os “novos” fundos fechados que possuem o mesmo objetivo (compra de título público federal). Nesse sentido, os membros do Comitê concordaram em reaplicar de forma proporcional o valor de 14.614.126,89 (quatorze milhões e seiscentos e quatorze mil e cento e vinte e seis reais e oitenta e nove centavos) nos fundos de investimentos: BB PREVID TP IPCA 2023; BB



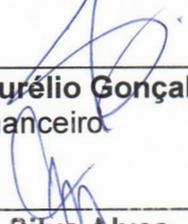
CONTINUAÇÃO DA ATA Nº 10 DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVIJUNO

PREVIDENCIÁRIO RF TP XXI; BB PREVID VERTICE RF TP 2027 e BB PREVID VERTICE RF TP 2030. Nada mais havendo a tratar, eu, Geogeanne da Silva Soares - Assessora Especial de Perícia, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

Juazeiro do Norte, Ceará, 12 de agosto de 2022.



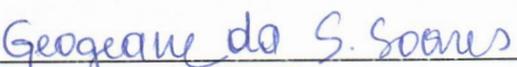
Jesus Rogério de Holanda
Gestor do PREVIJUNO



Marcos Aurélio Gonçalves Silva
Diretor Financeiro



José Ivan Silva Alves
Diretor Administrativo



Geogeanne da Silva Soares
Assessora Especial de Perícia



PREFEITURA DE
JUAZEIRO
DO NORTE

República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de
Juazeiro do Norte – CE – PREVIJUNO

 **Pró-Gestão**
RPPS


Fundo Municipal de Previdência Social
dos Servidores de Juazeiro do Norte - CE

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINARIA

Como presidente do Comitê de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO, nos termos do Art. 4º do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, aprovado pelo Decreto nº 11, de 08 de março de 2013, **CONVOCO** os membros do Comitê a comparecerem à reunião extraordinária a ser realizada no dia 12 de agosto de 2022, às 09h:00min, na sede do PREVIJUNO, para tratar da seguinte ordem do dia:

Análise do Parecer de Investimentos nº 128/2022 da Atuarial Consultoria, de 08/08/2022, sobre o Fundo de Investimento Fechado BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I que possui vencimento em 15/08/2022.

Juazeiro do Norte, Ceará, 10 de agosto de 2022.

Jesus Rogério de Holanda
Gestor do PreviJuno

Ciente:

Marcos Aurelio Gonçalves Silva _____

José Ivan Silva Alves _____

Geogeanne da Silva Soares _____

FUNDOS DE INVESTIMENTOS FECHADOS – TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
AGOSTO/2022

Prezados Senhores Diretores;

Segue um Parecer referente aos Fundos de Investimentos Fechados **BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV; BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I; BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS XI FI; BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VII FI e FI CAIXA BRASIL 2022 I TP RF** no qual possuem o vencimento do prazo de carência em agosto/2022.

Segue o Parecer.



1 – RPPS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS FECHADOS

1.1- APLICAÇÕES COM PRAZO DE VENCIMENTO EM AGOSTO/2022

Nos dias 15/08/2022 e 16/08/2022 ocorrerão os vencimentos dos prazos de carência dos Fundos **BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV; BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I; BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS XI FI; BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VII FI e FI CAIXA BRASIL 2022 I TP RF.**

Conforme o Regulamento desses Fundos, na data de vencimento (prazo de carência) ocorrerá a devolução do capital investido de forma automática e/ou caso o investidor solicite o resgate. Abaixo, segue a lista dos RPPS que possuem recursos aplicados nesses Fundos, juntamente com os valores aproximados que deverão ser creditados em conta corrente e o percentual deste valor sobre o patrimônio líquido do RPPS.

RELAÇÃO DE RPPS-FUNDOS FECHADOS COM VENCIMENTO EM AGOSTO/2022

| MUNICÍPIO | UF | FUNDO DE INVESTIMENTO | VALOR APLICADO | (%) Recursos do RPPS sobre o FUNDO | DATA DO VENCIMENTO DO PRAZO DE CARÊNCIA |
|----------------------|----|---|----------------|------------------------------------|---|
| AMAMBÁ | MS | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I (CNPJ: 19.303.793/0001-46) | 4.982.807,66 | 8,60% | 15/08/2022 |
| ARAPUTANGA | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I (CNPJ: 19.303.793/0001-46) | 4.502.577,93 | 9,23% | 15/08/2022 |
| JUAZEIRO DO NORTE | CE | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I (CNPJ: 19.303.793/0001-46) | 14.408.249,44 | 4,46% | 15/08/2022 |
| PARAÍSO DO TOCANTINS | TO | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I (CNPJ: 19.303.793/0001-46) | 2.621.466,54 | 3,40% | 15/08/2022 |
| PORTO MURTINHO | MS | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I (CNPJ: 19.303.793/0001-46) | 1.620.928,06 | 2,72% | 15/08/2022 |
| | | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 441.679,37 | 0,74% | 15/08/2022 |
| ÁGUAS DA PRATA | SP | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 442.022,49 | 3,49% | 15/08/2022 |
| ALTA FLORESTA | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 10.313.858,32 | 5,58% | 15/08/2022 |
| NOVO MUNDO | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 441.679,37 | 1,87% | 15/08/2022 |
| RIBEIRÃOZINHO | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 1.039.695,85 | 5,58% | 15/08/2022 |
| SINOP | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 20.619.792,25 | 4,24% | 15/08/2022 |
| VERA | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | 1.472.264,60 | 4,33% | 15/08/2022 |
| FELIZ NATAL | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS XI FI (24.117.278/0001-01) | 431.552,77 | 1,59% | 15/08/2022 |
| LUCAS DO RIO VERDE | MT | BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VII FI (CNPJ: 19.523.305/0001-06) | 870.687,20 | 0,42% | 15/08/2022 |
| DIANÓPOLIS | TO | FI CAIXA BRASIL 2022 I TP RF (CNPJ: 18.598.117/0001-84) | 1.738.859,00 | 4,24% | 16/08/2022 |

*Valores com base em junho/2022

1.2 – DIFERENCIAÇÃO DOS TIPOS DE RESGATES APÓS O VENCIMENTO DO PRAZO DE CARÊNCIA

Após o vencimento deste prazo de carência, o Fundo **BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV** terá a **liquidação total das cotas** e o valor investido será creditado automaticamente em conta corrente do investidor. Os demais Fundos de Investimentos darão a opção de o investidor realizar o **resgate total ou o resgate parcial de suas cotas**.

TIPO DE RESGATE – VENC: 15/08/2022

| VENCIMENTO DO PRAZO DE CARÊNCIA - 15/08/2022 | TIPO DE RESGATE |
|--|------------------|
| FUNDOS DE INVESTIMENTOS | |
| BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I (CNPJ: 19.303.793/0001-46) | |
| BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS XI FI (CNPJ: 24.117.278/0001-01) | TOTAL OU PARCIAL |
| BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VII FI (CNPJ: 19.523.305/0001-06) | |
| BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA IV (CNPJ: 19.515.015/0001-10) | LIQUIDAÇÃO TOTAL |

TIPO DE RESGATE – VENC: 16/08/2022

| VENCIMENTO DO PRAZO DE CARÊNCIA - 16/08/2022 | TIPO DE RESGATE |
|---|------------------|
| FUNDO(S) DE INVESTIMENTO(S) | |
| FI CAIXA BRASIL 2022 I TP RF (CNPJ: 18.598.117/0001-84) | TOTAL OU PARCIAL |

1.2.1 – PERMANÊNCIA EM FUNDOS FECHADOS COM RESGATE TOTAL OU PARCIAL

Dos Fundos analisados que possuem a possibilidade da permanência após o vencimento do prazo de carência (BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA I; BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS XI FI; BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VII FI e FI CAIXA BRASIL 2022 I TP RF) o Regulamento não exige um valor mínimo de permanência, deixando o investidor livre para manter até R\$ 0,01 centavo.

2 – OPÇÕES PARA REALOCAÇÃO DOS VALORES

No caso de o RPPS optar em realizar resgate (total ou parcial) dos investimentos, para melhor orienta-los quanto ao reinvestimento deste valor, listamos as seguintes opções para escolha dos gestores dos RPPS:

- 1. APLICAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTOS ABERTOS QUE O RPPS NÃO POSSUI NA CARTEIRA:** Se trata da opção de aplicar em novos Fundos de Investimentos aberto e que não estão presentes na carteira do RPPS. A aplicação nesses novos Fundos seria com o intuito de elevar a diversificação e a busca de novos investimentos que possibilitem trazer melhores rendimentos para a carteira do RPPS.
- 2. REINVESTIMENTOS EM FUNDOS FECHADOS DE RENDA FIXA:** Diante da alta da taxa SELIC (13,75% a.a.) os Fundos de Investimentos Fechados que compram Títulos Públicos Federais continuam sendo uma opção atrativa, considerando que a taxa de juros destes Fundos, hoje, estão superando e muito a Meta Atuarial dos RPPS. Essa opção apenas transfere os recursos dos Fundos de Investimentos Fechados que estão “vencendo” para “novos” Fundos de Investimentos Fechados que possuem o mesmo objetivo (compra de Título Público Federal).
- 3. REALOCAÇÃO NA PRÓPRIA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS:** a terceira alternativa viável aos RPPS é a realocação do valor disponível dentro dos investimentos que se encontram atualmente em sua carteira de investimentos, visando uma maior diversificação dentro dos atuais índices presentes nos investimentos do RPPS para uma carteira mais equilibrada e que apresente uma melhor relação de risco x retorno.

Sendo assim, para melhor atendê-los sobre a forma de REALOCAÇÃO dos valores que serão creditados em conta corrente, solicitamos aos RPPS indicarem qual das três opções acima será escolhida pelos responsáveis pelo RPPS, para que possamos estar elaborando a Orientação de Investimento do recurso.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Atenciosamente,



Igor França Garcia
Atuário MIBA/RJ 1.659

Certificação de Especialista em Investimento - CEA
Consultor de Investimentos credenciado pela CVM



Consulta Pública de Lâmina de Fundo

Atenção: Estas informações tem por base os documentos enviados à CVM pelas Instituições Administradoras dos Fundos de Investimento.

| | |
|---|--------------------------|
| Competência: Jul/2022 | Exibir |
| Nome do Fundo: BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS IPCA I FUNDO DE INVESTIMENTO | CNPJ: 19.303.793/0001-46 |
| Tipo: FDOS DE INVESTIMENTO | Cód. CVM: 221163 |
| Administrador: BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A | CNPJ: 30.822.936/0001-69 |

LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS SOBRE O BB Previdenciario Renda Fixa TP IPCA I FI

Informações referentes a 07/2022

Esta lâmina contém um resumo das informações essenciais sobre o **BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS IPCA I FUNDO DE INVESTIMENTO**, administrado por **BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A** e gerido por **BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A**. As informações completas sobre esse fundo podem ser obtidas no Regulamento do fundo, disponíveis no bb.com.br. As informações contidas neste material são atualizadas mensalmente. Ao realizar aplicações adicionais, consulte a sua versão mais atualizada.

Antes de investir, compare o fundo com outros da mesma classificação.

1. PÚBLICO-ALVO: O fundo é destinado a investidores que pretendam: O **FUNDO** é destinado a receber recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, sejam eles aplicados pelos Regimes Próprios ou pela União, pelos Governos Estaduais, pelo Distrito Federal ou por Prefeituras e EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Restrições de Investimento: .

2. OBJETIVOS DO FUNDO: O **FUNDO** tem como objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas, mediante aplicação de seus recursos em carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa, obtendo níveis de rentabilidade compatíveis com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 6,0 pct a.a., não constituindo em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da ADMINISTRADORA

3. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:

a. Para alcançar seus objetivos, o **FUNDO** aplicará seus recursos, exclusivamente, em Títulos Públicos Federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e ou Operações Compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O **FUNDO** poderá investir até 100% (cem por cento) da carteira em Títulos Públicos Federais, registrados no Sistema Especial de Liquidação e

Custódia (SELIC). O FUNDO poderá investir até 100% (cem por cento) da carteira em operações compromissadas lastreadas exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O FUNDO deverá manter, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua carteira em ativos financeiros cuja rentabilidade esteja atrelada à variação da taxa de juros doméstica e/ou de índices de preços.

b. O fundo pode:

| | |
|--|-----------|
| Aplicar em ativos no exterior até o limite de | 0% |
| Aplicar em crédito privado até o limite de | 0% |
| Aplicar em um só fundo até o limite de | 0% |
| Utiliza derivativos apenas para proteção da carteira? | N |
| Alavancar-se até o limite de | 0% |

- Item b com redação dada pela Instrução CVM nº 563, de 18 de maio de 2015.

c. A metodologia utilizada para o cálculo do limite de alavancagem, disposto no item 3.b é o percentual máximo que pode ser depositado pelo fundo em margem de garantia para garantir a liquidação das operações contratadas somado à margem potencial para a liquidação dos derivativos negociados no mercado de balcão.

d. As estratégias de investimento do fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

4. CONDIÇÕES DE INVESTIMENTO

| | |
|--|---|
| Investimento inicial mínimo | R\$ 300.000,00 |
| Investimento adicional mínimo | R\$ 0,00 |
| Resgate mínimo | R\$ 90.000.000.000,00 |
| Horário para aplicação e resgate | 15:00 |
| Observação sobre horário para aplicação e resgate | |
| Valor mínimo para permanência | R\$ 0,00 |
| Prazo de carência | Os recursos investidos no fundo não podem ser resgatados antes de 3120 dias contados da data da aplicação. |
| Condições de carência | Os recursos investidos não podem ser resgatados antes de 3120 dias N contados da data do início do fundo. |
| Conversão das cotas | Na aplicação, o número de cotas compradas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data da aplicação. |

| | |
|---------------------------------------|--|
| | No resgate, o número de cotas canceladas será calculado de acordo com o valor das cotas no fechamento do 0º dia contado da data do pedido de resgate. |
| Pagamento dos resgates | O prazo para o efetivo pagamento dos resgates é de 0 dia(s) útil(eis) contados da data do pedido de resgate. |
| Taxa de administração | 0,15% |
| Taxa de entrada | Não há taxa fixada. Outras condições de entrada: Não há. |
| Taxa de saída | Para resgatar suas cotas do fundo o investidor paga uma taxa de 0% do valor do resgate, que é deduzida diretamente do valor a ser recebido. Outras condições de saída: Não há. |
| Taxa de desempenho/performance | Não há. |
| Taxa total de despesas | As despesas pagas pelo fundo representaram 0,0323% do seu patrimônio líquido diário médio no período que vai de 01/08/2021 a 29/07/2022 . A taxa de despesas pode variar de período para período e reduz a rentabilidade do fundo. O quadro com a descrição das despesas do fundo pode ser encontrado em bb.com.br . |

5. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:[i]

O patrimônio líquido do fundo é de R\$ 551.299.917,80 e as 5 espécies de ativos em que ele concentra seus investimentos são [ii] [iii]:

| | |
|---|-------------|
| Títulos Públicos Federais | 100% |
| Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais | 0% |
| Outras Aplicações | 0% |

6. **RISCO:** o Administrador BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A classifica os fundos que administra numa escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento de cada um deles. Nessa escala, a classificação do fundo é: 3

| | | | | |
|--------------------|----------|----------|----------|--------------------|
| Menor Risco | | | | Maior Risco |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

7. **HISTÓRICO DE RENTABILIDADE [iv] (para fundos não estruturados [v]) / SIMULAÇÃO DE DESEMPENHO (fundos estruturados [v])**

- a. **A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.**
- b. **Rentabilidade acumulada nos últimos 5 anos: 57,7%. No mesmo período o índice de referência [(IPCA+6%)] variou 70,18%.**

A tabela abaixo mostra a rentabilidade do fundo a cada ano nos últimos 5 anos.

Tabela de Rentabilidade Anual

| Ano | Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) | Variação percentual do índice de referência [(IPCA+6%)] | Desempenho do fundo como % do índice de referência [(IPCA+6%)] |
|------------|---|--|---|
| 2022 | 8,1% | 8,36% | 96,81% |
| 2021 | 6,64% | 16,64% | 39,9% |
| 2020 | 8,36% | 10,76% | 77,63% |
| 2019 | 14,15% | 10,59% | 133,66% |
| 2018 | 10,6% | 9,92% | 106,89% |

C. Rentabilidade Mensal : a rentabilidade do fundo nos últimos 12 meses foi: [vi]

| Mês [vii] | Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) | Variação percentual do índice de referência [(IPCA+6%)] | Desempenho do fundo como % do índice de referência [(IPCA+6%)] |
|------------------|---|--|---|
| 8 | 0,46% | 1,17% | 39,06% |
| 9 | 1,3% | 1,93% | 67,36% |
| 10 | -0,49% | 1,43% | -34,53% |
| 11 | 1,74% | 1,77% | 98,45% |
| 12 | 0,59% | 1,14% | 51,73% |
| 1 | 0,57% | 1,04% | 54,72% |
| 2 | 1,13% | 1,44% | 78,23% |
| 3 | 2,3% | 1,8% | 127,94% |
| 4 | 2,05% | 1,85% | 111,12% |
| 5 | 0,65% | 1,1% | 59,2% |
| 6 | 0,32% | 1,1% | 28,75% |
| 7 | 0,83% | -0,24% | -351,48% |

- a. **Fórmula de cálculo da rentabilidade completa, com todas as possíveis condições e cláusulas que afetarão o desempenho:** Não se aplica
- b. **Exemplo do desempenho do fundo:** Os cenários e desempenhos descritos abaixo são meramente exemplificativos e servem somente para demonstrar como a fórmula de cálculo da rentabilidade funciona:

| Variação do desempenho | Fórmula de cálculo da | Valores dos cenários/gatilhos | Esclarecimentos sobre como o |
|-------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
|-------------------------------|------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|

| do Fundo | rentabilidade | que afetam a rentabilidade | cenário/gatilho afeta a variação de desempenho do fundo |
|----------|---------------|----------------------------|---|
| 0% | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

8. EXEMPLO COMPARATIVO:[viii] utilize a informação do exemplo abaixo para comparar os custos e os benefícios de investir no fundo com os de investir em outros fundos.

- a. Rentabilidade:** Se você tivesse aplicado R\$ 1.000,00 (mil reais) no fundo no primeiro dia útil de 2021 e não houvesse realizado outras aplicações, nem solicitado resgates durante o ano, no primeiro dia útil de 2022, você poderia resgatar R\$ 1.066,38, já deduzidos impostos no valor de R\$ 0,00.

A taxa de saída teria custado R\$ 0,00.

- b. Despesas:** As despesas do fundo, incluindo a taxa de administração, a taxa de performance e as despesas operacionais e de serviços teriam custado R\$ 0,17.

9. SIMULAÇÃO DE DESPESAS:[ix] utilize a informação a seguir para comparar o efeito das despesas em períodos mais longos de investimento entre diversos fundos:

Assumindo que a última taxa total de despesas divulgada se mantenha constante e que o fundo tenha rentabilidade bruta hipotética de 10% ao ano nos próximos 3 e 5 anos, o retorno após as despesas terem sido descontadas, considerando a mesma aplicação inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), é apresentado na tabela abaixo:

| Simulação das Despesas | [+3 anos] | [+5 anos] |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo bruto acumulado (hipotético - rentabilidade bruta anual de 10%) | R\$ 1.331,00 | R\$ 1.610,51 |
| Despesas previstas (se a TAXA TOTAL DE DESPESAS se mantiver constante) | R\$ 1,18 | R\$ 2,17 |
| Retorno bruto hipotético após dedução das despesas e do valor do investimento original (antes da incidência de impostos, de taxas de ingresso e/ou saída, ou de taxa de performance) | R\$ 329,82 | R\$ 608,34 |

Este exemplo tem a finalidade de facilitar a comparação do efeito das despesas no longo prazo. Esta simulação pode ser encontrada na lâmina e na demonstração de desempenho de outros fundos de investimento.

A simulação acima não implica promessa de que os valores reais ou esperados das despesas ou dos retornos serão iguais aos aqui apresentados.

10. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO:

- a. Descrição da forma de remuneração dos distribuidores:**

O Distribuidor fará jus a uma importância correspondente a um percentual da taxa de administração informada no regulamento do fundo, a ser paga diretamente pelo fundo mediante dedução do valor devido ao Administrador e ao Gestor. As responsabilidades e remunerações pelos serviços de distribuição estão definidas em contrato específico, celebrado entre o Administrador e o Distribuidor de cotas do fundo. Os pagamentos ao Distribuidor serão efetuados conforme periodicidade definida nos contratos vigentes.

b. O principal distribuidor oferta, para o público alvo do fundo, preponderantemente fundos geridos por um único gestor, ou por gestores ligados a um mesmo grupo econômico?

O principal Distribuidor do fundo é o Banco do Brasil que oferta para o público alvo do fundo, preponderantemente, fundos geridos pela BB DTVM.

c. Há informações que indiquem a existência de conflitos de interesses no esforço de venda?

O Administrador, o Gestor ou partes a eles relacionadas não recebem remuneração pela alocação dos recursos deste Fundo nos fundos investidos, nem tampouco pela distribuição de produtos nos mercados financeiros e de capitais nos quais o fundo venha a investir. Inexiste, portanto, a possibilidade de afetar a independência da atividade de gestão em decorrência de potencial conflito de interesses.

11. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO COTISTA:

- a. Telefone 38087500
- b. Página na rede mundial de computadores bb.com.br
- c. Reclamações: bbdtvm@bb.com.br - Praça XV de Novembro 20, 3ºand,

12. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO:

- a. Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- b. Serviço de Atendimento ao Cidadão em <http://www.cvm.gov.br>.

[i] Item dispensado nas lâminas apresentadas para registro do fundo, nos termos do art. 8º, inciso VIII.

[ii] Quando se tratar de fundo de investimento em cotas FIC, a informação deve ser dada em relação à carteira dos fundos investidos.

| [iii] Para efeito de preenchimento, as espécies de ativos são: Espécie de ativo | Descrição |
|---|--|
| Títulos públicos federais | LTN; LFT; todas as séries de NTN |
| Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos | Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo |

| federais | vendedor |
|--|--|
| Operações compromissadas lastreadas em títulos privados | Operações de compra ou venda de ativos pelo fundo com garantia de recompra ou revenda pelo vendedor |
| Ações | Ações e certificados de depósito de ações de companhias abertas |
| Depósitos a prazo e outros títulos de instituições financeiras | CDB, RDB, LF, DPGE, CCCB, LCA, LCI |
| Cotas de fundos de investimento 409 | Cotas de fundos de investimento regulados pela Inst. CVM nº 409, de 2004 |
| Outras cotas de fundos de investimento | Cotas de fundos de investimento regulados por outras instruções da CVM. |
| Títulos de crédito privado | Debêntures, notas promissórias, commercial paper , export note , CCB, CPR, WA, NCA, CDA e CDCA |
| Derivativos | Swaps , opções, operações a termo e operações no mercado futuro |
| Investimento no exterior | Ativos financeiros adquiridos no exterior |
| Outras aplicações | Qualquer aplicação que não possa ser classificada nas opções anteriores |

[iv] **Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.**

[v] **Os fundos estruturados são definidos no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SIN/Nº01/2010, de 8 de janeiro de 2010.**

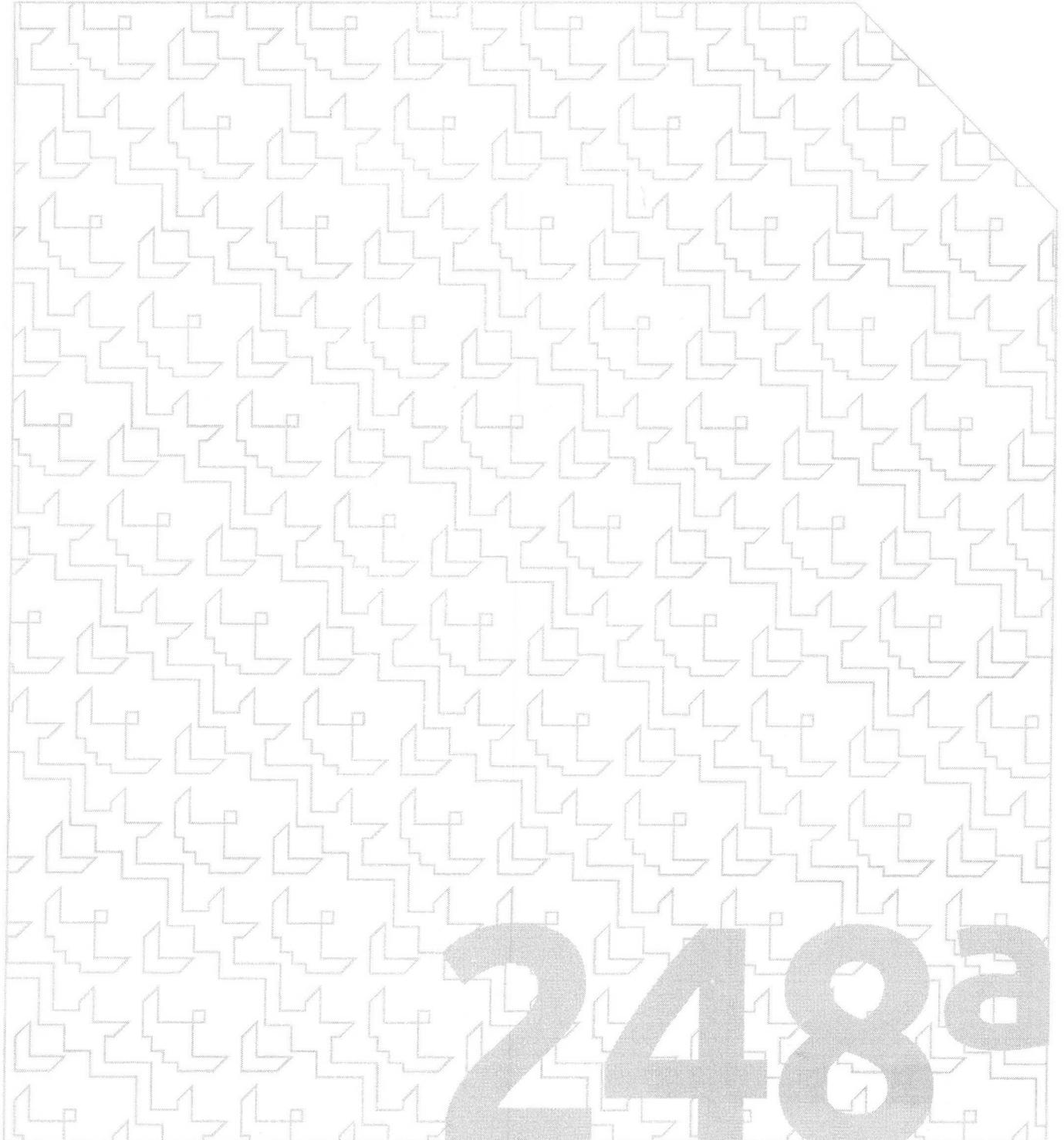
[vi] **Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.**

[vii] **Meses devem ser ajustados de acordo com a data de atualização da lâmina.**

[viii] **Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.**

[ix] **Item dispensado nas lâminas apresentadas na instrução do pedido de registro e até que o fundo complete 1 (um) ano de operação, nos termos do art. 8º, inciso VIII.**

Fale com a CVM



248ª

Ata da Reunião do
Comitê de Política Monetária — Copom

2 e 3 de agosto de 2022

Data: 2 e 3 de agosto de 2022

Local: Salas de reuniões do 8º andar (2/8 e 3/8 – manhã) e do 20º andar (3/8 – tarde) do Edifício-sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término: 2 de agosto: 9h48 – 12h04; 14h18 – 18h32
3 de agosto: 10h03 – 11h17; 14h28 – 18h31

Presentes:

Membros do Copom Roberto de Oliveira Campos Neto – *Presidente*
Bruno Serra Fernandes
Carolina de Assis Barros
Diogo Abry Guillen
Fernanda Magalhães Rumenos Guardado
Maurício Costa de Moura
Otávio Ribeiro Damaso
Paulo Sérgio Neves de Souza
Renato Dias de Brito Gomes

Chefes de Departamento responsáveis por apresentações técnicas (presentes em 2/8 e na manhã de 3/8): Alan da Silva Andrade Mendes – *Departamento de Reservas Internacionais*
André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas* (também presente na tarde de 3/8)
André de Oliveira Amante – *Departamento de Operações de Mercado Aberto*
Fabia Aparecida de Carvalho – *Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Sabbadini – *Departamento Econômico*
Rogério Antônio Lucca – *Dep. de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos*

Demais participantes (presentes em 2/8 e na manhã de 3/8): Arnildo da Silva Correa – *Chefe da Assessoria Econômica ao Presidente*
Cristiano de Oliveira Lopes Cozer – *Procurador-Geral*
Edson Broxado de França Teixeira – *Chefe de Gabinete do Diretor de Fiscalização*
Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*
Gilneu Francisco Astolfi Vivan – *Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*
Julio Cesar Costa Pinto – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Monetária*
Leonardo Martins Nogueira – *Secretário Executivo*
Mariane Santiago de Souza – *Chefe de Gabinete do Presidente*
Mauro Zanatta – *Assessor de Imprensa*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Pedro Henrique da Silva Castro – *Chefe Adjunto do Departamento Econômico*
Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional para a inflação.

A) Atualização da conjuntura econômica e do cenário do Copom¹

1. O ambiente externo mantém-se adverso e volátil, com maiores revisões negativas para o crescimento global, em um ambiente inflacionário ainda pressionado.
2. O crescimento de grandes economias tem sido revisado para baixo, tanto para este quanto para o próximo ano, em função da expectativa de continuidade da reversão dos estímulos implementados durante o longo período da pandemia, em particular os de política monetária. Além disso, a guerra na Ucrânia gera impactos sobre o fornecimento de gás natural, adicionando incerteza sobre o cenário econômico europeu, enquanto a deterioração do setor imobiliário, aliada à política de combate à Covid-19, impactam negativamente as perspectivas de crescimento chinesas.
3. As taxas de inflação de algumas economias avançadas divulgadas no período sugerem pressões ainda fortes, mas já se observa uma normalização incipiente nas cadeias de suprimento e uma acomodação nos preços das principais *commodities* no período recente. Aliada à recomposição nos estoques de produtos industrializados, esses desenvolvimentos podem implicar moderação nas pressões inflacionárias ligadas a bens. Por outro lado, o grau de ociosidade do mercado de trabalho nessas economias sugere que pressões inflacionárias no setor de serviços podem demorar a se dissipar.
4. Bancos centrais de países desenvolvidos e emergentes têm adotado uma postura mais contracionista em reação ao avanço da inflação. A aceleração do processo de normalização da política monetária nos países avançados, o aumento da aversão a risco e a mudança da perspectiva de crescimento econômico têm impactado as condições financeiras tanto de países avançados quanto de emergentes, com efeito sobre a volatilidade dos ativos e as expectativas de crescimento econômico. O Comitê segue acompanhando os riscos em torno de uma desaceleração global em ambiente de inflação significativamente pressionada.
5. No âmbito doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica divulgado desde a última reunião do Copom segue indicando crescimento ao longo do segundo trimestre, com uma retomada no mercado de trabalho mais forte do que era esperada pelo Comitê. Tanto os indicadores referentes à contratação de emprego formal quanto as taxas de ocupação e desocupação sugerem uma normalização rápida dos setores intensivos em trabalho após a pandemia.
6. A inflação ao consumidor segue elevada, com alta disseminada entre vários componentes, se mostrando mais persistente que o antecipado. A redução de impostos sobre os preços de energia já começa a ser observada nos indicadores de alta frequência, mas os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que apresentam maior inércia inflacionária, mantêm-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação. As expectativas de inflação para 2022, 2023 e 2024 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 7,2%, 5,3% e 3,3%, respectivamente.

B) Cenários e análise de riscos

7. No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de USD/BRL 5,30², evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). Esse cenário supõe trajetória de juros que termina 2022 em 13,75% a.a., reduz-se para 11,00% em 2023 e 8,00% em 2024. Supõe-se que o preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária

¹ A menos de menção explícita em contrário, esta atualização leva em conta as mudanças ocorridas desde a reunião do Copom em junho (247ª reunião).

² Valor obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio USD/BRL observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

"amarela" em dezembro de 2022, de 2023 e de 2024. Nesse cenário, as projeções de inflação do Copom situam-se em 6,8% para 2022, 4,6% para 2023 e 2,7% para 2024. As projeções para a inflação de preços administrados são de -1,3% para 2022, 8,4% para 2023 e 3,6% para 2024. As projeções do cenário de referência incorporam o impacto das medidas tributárias recentemente aprovadas. Para o horizonte de seis trimestres à frente, que suaviza o efeito ano-calendário, mas incorpora os impactos secundários das medidas tributárias que incidem entre 2022 e o primeiro trimestre de 2023, a projeção de inflação acumulada em doze meses situa-se em 3,5%. O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual.

8. O Comitê avalia que o cenário inflacionário global segue desafiador. As pressões advindas tanto de uma demanda por bens persistentemente alta como de choques de oferta ligados à guerra na Ucrânia, à política chinesa de combate à Covid-19 e às políticas que restringem o comércio de produtos agrícolas em países produtores de *commodities* podem ter consequências de longo prazo e se traduzir em pressões inflacionárias mais prolongadas. No entanto, a reavaliação da demanda global futura tem provocado queda nos preços das principais *commodities* assim como uma perspectiva de menor desequilíbrio no mercado de bens industriais. O Comitê nota que, ainda assim, permanecem pontos de atenção referentes a questões geopolíticas e particulares em tais mercados.

9. O Comitê discutiu os impactos da sincronia global no processo de retirada de estímulos. O Comitê notou um ritmo mais acelerado no processo de ajuste da política monetária nas economias avançadas, assim como a determinação presente na comunicação de importantes bancos centrais em reduzir as pressões inflacionárias. Notou-se que tal movimento eleva a volatilidade dos mercados, impactando de forma heterogênea os diferentes ativos e suscitando um aumento na aversão a risco. Além disso, dada a persistência do processo inflacionário nas economias avançadas e as consequentes reações de vários bancos centrais, o Comitê avalia que houve um aumento da probabilidade de cenários alternativos que incorporam uma desaceleração da atividade global mais pronunciada. Concorrem nesse sentido a incerteza sobre o cenário de energia na Europa, a dinâmica de setores mais sensíveis a juros nos Estados Unidos e as perspectivas de crescimento mais gradual na China.

10. No cenário doméstico, o Comitê avalia que políticas temporárias de apoio à renda devem trazer estímulo à demanda agregada e que o prolongamento de tais políticas pode elevar os prêmios de risco do país e as expectativas de inflação à medida que pressionam a demanda agregada e pioram a trajetória fiscal. O Comitê reitera que há vários canais pelos quais a política fiscal pode afetar a inflação, incluindo seu efeito sobre a atividade, preços de ativos e expectativas de inflação.

11. Os dados referentes ao mercado de trabalho, em especial o volume de contratações e a taxa de desocupação, surpreenderam no período e indicam um estreitamento da estimativa do hiato do produto mais célere que o antecipado. Entretanto, o Comitê avalia que ainda há ociosidade na economia. De todo modo, nota-se que avaliações sobre o hiato, especialmente no que tange ao componente ligado ao mercado de trabalho, estão sempre sujeitas à incerteza, especialmente em uma conjuntura como a atual em que a economia ainda se normaliza após a pandemia e onde há notável heterogeneidade setorial nesse processo. O Comitê seguirá acompanhando e analisando o hiato do produto à luz das próximas divulgações. O Comitê segue avaliando que a atividade deve desacelerar nos próximos trimestres, quando os impactos defasados da política monetária se fizerem mais presentes.

12. O Comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; e (ii) a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais adicionais que impliquem sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos. Entre os

riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das *commodities* internacionais em moeda local; e (ii) uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada. O Comitê pondera que a possibilidade de que medidas fiscais de estímulo à demanda se tornem permanentes acentua os riscos de alta para o cenário inflacionário. Por outro lado, nota que o aumento do risco de desaceleração da economia global também acentua os riscos de baixa. O Comitê avalia que a conjuntura ainda particularmente incerta e volátil requer serenidade na avaliação dos riscos.

C) Discussão sobre a condução da política monetária

13. O Copom passou então à discussão da condução da política monetária, considerando o conjunto de projeções analisado, assim como o balanço de riscos para a inflação prospectiva.

14. Seguindo sua governança usual, o horizonte relevante para a política monetária passou a se referir ao ano de 2023 e, em grau menor, ao de 2024. No entanto, nesta reunião, notou-se que as projeções de inflação para os anos de 2022 e 2023 estavam sujeitas a impactos elevados associados às alterações tributárias entre anos-calendário. Assim, o Comitê optou por dar ênfase à inflação acumulada em doze meses no primeiro trimestre de 2024, que reflete o horizonte relevante, suaviza os efeitos diretos decorrentes das mudanças tributárias, mas incorpora seus impactos secundários sobre as projeções de inflação relevantes para a decisão de política monetária.

15. A projeção da inflação de doze meses no primeiro trimestre de 2024, que incorpora os efeitos secundários das alterações tributárias, assim como efeitos acumulados da manutenção da taxa de juros em patamar significativamente contracionista, é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. O Comitê notou que a projeção de inflação para o ano-calendário de 2024 também se encontra ao redor da meta estipulada.

16. O Copom iniciou sua discussão com a avaliação do ciclo de ajuste empreendido até a presente reunião. Ressaltou-se que o ciclo de aperto monetário corrente foi bastante intenso e tempestivo e que, devido às defasagens longas e variáveis da política monetária, ainda não se observa grande parte do efeito contracionista esperado bem como seu impacto sobre a inflação corrente. Esses impactos devem ficar mais claros nos indicadores de atividade referentes ao segundo semestre, mas o Comitê antecipa que medidas de sustentação da demanda agregada, que serão implementadas no curto prazo, devem dificultar uma avaliação mais precisa sobre o estágio do ciclo econômico e dos impactos da política monetária.

17. O Comitê notou que a dinâmica inflacionária de curto prazo segue desafiadora, com avanço das medidas de inflação subjacente em ambiente de surpresas na atividade corrente, e que suas projeções seguiram se deteriorando, ainda que o cenário esteja cercado de incerteza e volatilidade acima do usual. Ressaltou-se que a elevação das expectativas e das projeções de médio prazo se concentrou na inflação de preços administrados, em função do caráter temporário de algumas medidas tributárias.

18. O Comitê avaliou, com base nas projeções utilizadas e seu balanço de riscos, que a estratégia exigida para trazer a inflação projetada para o redor da meta no horizonte relevante requeria que o ciclo de aperto monetário continuasse avançando significativamente em território ainda mais contracionista, com um ajuste adicional nesta reunião e a manutenção da taxa de juros em território significativamente contracionista por um período suficientemente prolongado.

19. O Copom então debateu as opções de política monetária para esta reunião. Concluiu-se que um novo ajuste de 0,50 ponto percentual era apropriado frente a um ambiente de elevada incerteza, apesar do estágio já significativamente contracionista da política monetária, que, considerando suas defasagens, deve impactar a economia

mais fortemente a partir do segundo semestre deste ano.

20. O Comitê optou por sinalizar que avaliará a necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, na próxima reunião, com o objetivo de trazer a inflação para o redor da meta no horizonte relevante. Além disso, dada a persistência dos choques recentes, o Comitê seguirá vigilante e avaliará se somente a perspectiva de manutenção da taxa básica de juros por um período suficientemente longo assegurará tal convergência. Essa estratégia foi considerada a mais adequada para garantir a convergência da inflação ao longo do horizonte relevante, assim como a ancoragem das expectativas de prazos mais longos, ao mesmo tempo que reflete o aperto monetário já empreendido, reforça a postura de cautela da política monetária e ressalta a incerteza do cenário.

D) Decisão de política monetária

21. Considerando os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 13,75% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva, e é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2023 e, em grau menor, o de 2024. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

22. O Copom considera que, diante de suas projeções e do risco de desancoragem das expectativas para prazos mais longos, é apropriado que o ciclo de aperto monetário continue avançando significativamente em território ainda mais contracionista. O Comitê enfatiza que irá perseverar em sua estratégia até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

23. O Comitê avaliará a necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, em sua próxima reunião. O Copom enfatiza que seguirá vigilante e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar a convergência da inflação para suas metas. Nota ainda que a incerteza da atual conjuntura, tanto doméstica quanto global, aliada ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional em sua atuação.

24. Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Fernanda Magalhães Rumenos Guardado, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso, Paulo Sérgio Neves de Souza e Renato Dias de Brito Gomes.